

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.

Código Penal

Data - -

AVISO

ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO IMEDIATO E URGENTE DO ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL DENOMINADO EMÍLIA CARDOSO-UNIPESSOAL LD.^a

O Instituto da Segurança Social confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social denominado Emília Cardoso-Unipessoal Ld.^a, com as seguintes características:

- exerce a atividade de estrutura residencial para pessoas idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Emília Cardoso-Unipessoal Ld.^a;
- está instalado em Rua Conde de Avranches n.º 559 - Paranhos – 4200-485 Porto.

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, IP confirmou o encerramento, através da Deliberação n.º 51/2021, de 2021-03-17, que ratificou o despacho de 2021-01-27 do/a Sr. Diretor da Unidade de Fiscalização do Norte, após decisão da Sra. Delegada de Saúde/Coordenadora da Unidade de Saúde Pública - ACES Porto Oriental,, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Alínea b) do artigo 348.º do Código Penal

Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado durante **30 dias** na entrada principal de acesso ao estabelecimento.

N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Artigos 347.º e 357.º do Código Penal

O Presidente
Rui Fiolhais

